

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# MULHERES ANTIFEMINISTAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A MOBILIZAÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO PAUTA ESTRATÉGICA

Bruna Bizzo Frotté, Marina Schmidt Teixeira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13254>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## MULHERES ANTIFEMINISTAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A MOBILIZAÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO PAUTA ESTRATÉGICA

AUTORA 1, Bruna Bizzo Frotté

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4689-2093>

<[brunafrotte@id.uff.br](mailto:brunafrotte@id.uff.br)>

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF). Niterói, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

AUTORA 2, Marina Schmidt Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7829-611X>

<[m\\_schmidt@id.uff.br](mailto:m_schmidt@id.uff.br)>

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF). Niterói, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

**RESUMO:** Este *paper* investiga como mulheres da nova direita brasileira, com cargos institucionais e forte presença nas redes sociais, instrumentalizam a pauta da “ideologia de gênero” como estratégia política. A pesquisa analisa os casos de Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual por Santa Catarina, e Sonaira Fernandes, vereadora de São Paulo, partindo da hipótese de que o antifeminismo não se limita a uma reação, mas constitui uma tecnologia política mobilizadora, baseada na criação de inimigos simbólicos e na ativação de afetos como medo, pânico e ressentimento. Por meio da análise crítica do discurso e da análise temática de pronunciamentos parlamentares, entrevistas, livros, cursos e materiais digitais, busca-se compreender de que forma essas lideranças articulam moral, emoção e retórica para gerar coesão ideológica, visibilidade e capital político. A abordagem fundamenta-se também na teoria dos afetos, especialmente nos conceitos de hostilidade e contágio afetivo propostos por Sara Ahmed. A metodologia permite mapear como essas mulheres, ao se apresentarem como defensoras da moral e da família, mobilizam estratégias discursivas que reforçam agendas conservadoras e políticas antigênero no contexto brasileiro contemporâneo, produzindo forte apelo emocional e retórico nas plataformas digitais.

**Palavras-chave:** antifeminismo, gênero, ideologia; afetos; conservadorismo

## ANTIFEMINIST WOMEN IN BRAZILIAN POLITICS: THE MOBILIZATION OF “GENDER IDEOLOGY” AS A STRATEGIC AGENDA

**ABSTRACT:** This paper investigates how women from the new Brazilian right, with institutional positions and a strong social media presence, instrumentalize the “gender ideology” agenda as a political strategy. The research analyzes the cases of Ana Caroline Campagnolo, state representative for Santa Catarina, and Sonaira Fernandes, city councilor for São Paulo, based on the hypothesis that antifeminism is not limited to a reaction, but constitutes a mobilizing political technology, based on the creation of symbolic enemies and the activation of affects such as fear, panic, and resentment. Through critical discourse analysis and thematic analysis of parliamentary statements, interviews, books, courses, and digital materials, the study seeks to understand how these leaders articulate

morality, emotion, and rhetoric to generate ideological cohesion, visibility, and political capital. The approach is also grounded in affect theory, particularly Sara Ahmed's concepts of hostility and affective contagion. The methodology allows us to map how these women, by presenting themselves as defenders of morality and family, mobilize discursive strategies that reinforce conservative agendas and anti-gender policies in the contemporary Brazilian context, producing strong emotional and rhetorical appeal on digital platforms.

**Keywords:** antifeminism, gender, ideology; affect; conservatism

## INTRODUÇÃO

Os debates no campo dos estudos de gênero, tanto internacionalmente quanto no Brasil, ganharam novas perspectivas sobretudo a partir do século XXI. Inicialmente, as discussões se concentraram em torno da distinção entre sexo e gênero, em um contexto em que “o incipiente feminismo brasileiro era caracterizado por coletivos de mulheres que se inseriam no campo mais amplo de resistência à ditadura e, ao mesmo tempo, buscavam definir uma agenda própria em torno da ‘condição da mulher.’” (Castro Gomes, 2021, p. 37). Embora essas questões permaneçam relevantes, o cenário político recente trouxe novos desafios. Com o fim do governo Dilma Rousseff (PT), os governos pós-golpe passaram a reforçar a posição subordinada das mulheres, restringindo sua participação na esfera pública e retomando discursos familistas que exaltam a “família tradicional” (Miguel, 2019).

Esse processo se articula à ascensão das chamadas “novas direitas”, visível não apenas no Brasil, mas também em outros países, como na França, com Marine Le Pen (Rassemblement National), na Itália, com Giorgia Meloni (Fratelli d'Italia), Javier Milei (Partido Libertário e Coalizão La Libertad Avanza), na Argentina e Donald Trump (Partido Republicano) nos Estados Unidos. No Brasil, em 2018, a popularização das ideias de Jair Bolsonaro repercutiu amplamente na política e no cotidiano, gerando preocupação em diversos setores diante de sua possível vitória. Nesse contexto, movimentos sociais feministas organizaram as maiores manifestações de mulheres da história do país, conhecidas como #EleNão, com forte alcance midiático. O desfecho eleitoral daquele ano consolidou mudanças significativas na configuração política do Congresso. Nesse cenário, o até então Partido Social Liberal (PSL), de viés conservador, ao qual Bolsonaro estava filiado, conquistou a segunda maior bancada e, assim como outras legendas conservadoras, assumiu como pauta central “o combate ao comunismo”. Ao mesmo tempo, foram eleitas para o Congresso 36 mulheres ligadas à chamada bancada feminista, um aumento de nove em relação ao pleito de 2014. Assim, pode-se

afirmar que, mesmo diante de conquistas relevantes para organizações de minorias sociais, o fortalecimento desses movimentos ocorre em paralelo à intensificação das resistências a suas pautas.

Nesse contexto, as redes sociais assumem papel central. Se, por um lado, possibilitam às minorias ampliar sua visibilidade, mobilizar manifestações e difundir ideias, por outro, tornam-se igualmente ferramentas eficazes para grupos de direita e extrema direita, que nelas encontram espaço privilegiado para propagar seus ideais e expandir sua participação política. Desse modo, é importante destacar que as tecnologias que facilitaram o alcance das manifestações do #EleNão, também foram utilizadas de maneira eficiente pelos movimentos de direita, e “(...) a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar.” (Miguel, 2019, p. 107). É nesse ambiente digital que muitas lideranças buscam projetar-se, alcançando milhares ou mesmo milhões de seguidores, independentemente de classe social, raça, gênero ou idade, dado o uso massivo de plataformas como Facebook, X, WhatsApp e Instagram nos últimos anos.

Desse modo, o presente trabalho busca investigar como mulheres antifeministas instrumentalizam a pauta da “ideologia de gênero” como ferramenta política para ampliar sua relevância. A pesquisa também examina os possíveis impactos dessas posturas na política brasileira e como esses discursos se entrelaçam a outras agendas da direita e da extrema direita, incluindo pautas religiosas, contribuindo para a construção de um sentimento de ameaça e medo na população.

## **1 METODOLOGIA**

Este trabalho investiga como atores políticos com cargos institucionais e forte presença nas redes sociais articulam e instrumentalizam a pauta da “ideologia de gênero” como estratégia política no cenário brasileiro. Analisando-se os casos de Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual por Santa Catarina, e Sonaira Fernandes, vereadora da cidade de São Paulo, a pesquisa parte da hipótese de que o antifeminismo, não é apenas uma posição meramente reativa, constituindo, assim, uma tecnologia política mobilizadora, baseada na ativação de afetos como medo, pânico e ressentimento. Essas mulheres, abertamente antifeministas, se apresentam como defensoras da moral e da família, ao mesmo tempo em que produzem visibilidade e capital político nas plataformas digitais, contribuindo para o avanço de uma agenda conservadora com forte apelo emocional e retórico.

O material empírico inclui pronunciamentos parlamentares, entrevistas, livros, cursos e publicações digitais, que constituem um espaço central de atuação política dessas lideranças. Neste último caso, foram coletados dados de 2018 a 2025 nas redes sociais X/Twitter, Instagram e Facebook. O estudo combina duas abordagens: a análise crítica do discurso, a partir de Norman Fairclough, que permite observar como determinados enunciados produzem sentidos políticos, e a análise temática, que possibilita identificar padrões recorrentes de argumentação e posicionamento. A análise temática concentra-se na identificação de padrões de argumentação, sobretudo, considerando discursos de ameaça, que apresentam a “ideologia de gênero”, o feminismo, o comunismo e a comunidade LGBTQIA+ como inimigos simbólicos; pautas conservadoras, como a defesa da moral, da família, o movimento pró-vida e o pró-armamentismo; associações ideológicas, como a equiparação entre feminismo, comunismo e Satanás; e contextos específicos, principalmente envolvendo a educação, marcada pelas narrativas sobre “doutrinação”, “kit gay” e “linguagem neutra”. A análise crítica do discurso, por sua vez, privilegiou as estratégias retóricas e linguísticas que reforçam esses sentidos políticos, como rotulação e nomeação, polarizações do tipo “nós” versus “eles”, reivindicação de uma “verdade absoluta”, teorias conspiracionistas e o uso de hipérboles e metáforas para amplificar narrativas de pânico moral e ameaça.

A investigação é guiada pela teoria dos afetos, em especial pelas contribuições de Sara Ahmed sobre hostilidade e contágio afetivo. Essa perspectiva é central para compreender como o antifeminismo se constitui como tecnologia política e como a articulação entre moral, emoção e retórica opera na produção de visibilidade, capital político e no reforço de agendas antigênero no Brasil contemporâneo. A partir dessa articulação entre moral, emoção e retórica, busca-se mapear de que forma essas lideranças produzem visibilidade, constroem capital político e reforçam agendas antigênero no contexto brasileiro contemporâneo.

## **2 “IDEOLOGIA DE GÊNERO”, AFETOS E A POLÍTICA DA HOSTILIDADE**

O poder crescente da luta feminista transnacional parece ser proporcional ao poder dos chamados movimentos “antigênero” (Graff, 2016:270). É o caso da “ideologia de gênero”, uma política construída em torno de um significante vazio<sup>1</sup> que abrange um movimento transnacional contra os direitos reprodutivos e LGBTQIA+; educação sobre gênero e diversidade sexual; e

---

<sup>1</sup> O termo “ideologia de gênero” funciona como um significante vazio: não tem um sentido único e fixo, mas agrega diferentes discursos e afetos, do religioso ao político, o que lhe dá força mobilizadora e efeitos concretos no debate público.

trabalho sexual. (Wilkinson, 2017). Os discursos da “ideologia de gênero” constroem analogias entre feminismo, teoria queer e comunismo (Corrêa, 2017). Ao longo deste *paper*, a partir dos escritos de Laura Doyle (2001) sobre fenomenologia, utiliza-se “ideologia de gênero” não como uma ideologia em si, no sentido ontológico, mas como um fenômeno com sua temporalidade e localização, conforme percebido pelos sujeitos.

Como demonstram os trabalhos de Corrêa (2016; 2017), também como abordado por Flavia Biroli (2018), a “ideologia de gênero” surge como uma contraofensiva aos resultados das conferências intergovernamentais de 1994, Cairo, entendendo a equidade de gênero como um indicador de desenvolvimento, impulsionada pelo Sul Global por meio de uma estrutura de Gênero e Desenvolvimento, bem como de 1995, Pequim, consolidando o debate sobre direitos sexuais. Tal contraofensiva foi impulsionada pelo Vaticano na década de 2000 (particularmente por Ratzinger), influenciado por trabalhos não clericais como o de O’Leary (1997) que acusou a ONU de ser “antifamília” devido à sua abordagem de gênero às políticas públicas. De fato, Miskolci e Campana (2017) demonstram que a expansão transnacional da “ideologia de gênero” está conectada ao desenvolvimento dos direitos reprodutivos e sexuais na América Latina, com o reconhecimento dos direitos legais de casais do mesmo sexo na Argentina e no Brasil.<sup>2</sup>

Desse modo, as mulheres antifeministas mencionadas recorrem ao “comunismo ateu” (Sartorio, 2023) como praticamente a definição da maldade, o associando ao próprio “Satanás”. O feminismo também é classificado da mesma forma pois, segundo elas, faz parte do comunismo, o “mal”. O medo, nesse contexto, é causado, de certa forma, pelo “espectro do comunismo”, bem como Marx e Engels trazem no Manifesto Comunista (1948), que “assombra” a sociedade ocidental há muito tempo e estaria pronto para causar a sua ruína, contribuindo para um sentimento de paranoia em meio a população. Assim, conforme dito anteriormente, ao se criar o imaginário do inimigo comum,

(...) os problemas político-econômico-sociais e culturais são apresentados pela causa comum localizada no inimigo, sujeito que concentra todos os males designadores da própria contraposição existencial. Essa é, portanto, uma virada de chave central para explorar a ambivalência do medo e da esperança, dado que o objetivo dos temores, angústia e desamparo assumiu um corpo localizável que, se destruído, é a própria expectativa de extinção de todos os problemas a uma só vez. Trata-se, portanto, de uma esperança quase que convocatória à ação para a eliminação do inimigo (...). (Sartorio, 2023, p. 263)

---

<sup>2</sup> No ano de 2011, foi provada no Brasil a resolução que contempla os direitos legais dos casais do mesmo sexo (Balieiro, 2018)

No caso das mulheres antifeministas e da extrema direita, o inimigo declarado é sobretudo o comunismo, a ideologia de gênero, o anticatolicismo e, evidentemente, o feminismo, principalmente tendo em vista que “Da ótica do conservadorismo religioso, no entanto, a noção de gênero foi entendida, no mesmo processo, como disruptiva.” (Biroli, 2018, p. 193). Dessa maneira, essas questões, quando levantadas em conjunto e direcionadas para o público em larga escala, conseguem criar uma política do medo eficaz para não só “imunizar a população”, mas também fazer com que atuem para determinados fins, fortalecendo essas bandeiras das “novas direitas”.

Prosseguindo, há interesse crescente em pesquisas sobre o assunto, com muitos autores avaliando a “ideologia de gênero” por meio de lentes sociológicas, genealógicas e antropológicas. Alguns autores analisam a questão por meio de perspectivas religiosas, como Korolczuk (2016) e Vaggione (2016), e suas alegações conservadoras de direita, como Neves (2018). Além disso, outros autores, a exemplo de Pereira (2018) e Luna (2017), reconhecem a heterogeneidade dos atores sociais, mas desconsideram o que “une” esses grupos. Em vista disso, é importante a abordagem da dimensão afetiva presente nesse cenário, principalmente porque a “ideologia de gênero” não é um simples binário bem definido. Na prática, a divisão dessa política é porosa, complexa e atravessada pela mobilização do afeto. A hostilidade, por sua vez, funciona como o elemento de ligação que cria o corpo hegemônico do conservadorismo cultural. Por “hostilidade”, refere-se a uma rede de fluxos afetivos que mobiliza e é mobilizada pela própria política da “ideologia de gênero”.

Além disso, é importante reconhecer que os estudos sobre afeto são interdisciplinares e altamente debatidos. Alguns estudiosos, como Sedgwick (2003), compreendem o afeto como um estado corporal pré-linguístico que regula o desenvolvimento humano. Isso significa que o afeto é aprendido e incontrolável. Por outro lado, autores influenciados por Deleuze, como Massumi (2002), entendem o afeto como relação, ou seja, o afeto não está apenas no corpo, mas também nos pensamentos e nos encontros sociais. Neste *paper*, segue-se uma perspectiva alinhada com o último grupo, compreendendo a hostilidade não como ontológica, mas como fluxos que circulam nos encontros sociais.

Esta abordagem se conecta à noção feminista de afeto, particularmente desenvolvida por Sara Ahmed. A partir dessa perspectiva, compreende-se a hostilidade não como uma essência, mas como efeito de uma rede de fluxos afetivos. O afeto é, portanto, entre corpos, historicamente constituído, performativo e contagioso. A hostilidade é, então, mobilizada por meio de uma rede

afetiva que permite que uma questão tenha tração sobre a outra, sendo apegada ao significante vazio da “ideologia de gênero”. Em última análise, a “ideologia de gênero” é constituída pela mobilização da hostilidade que cria e organiza os corpos nesse campo de disputa. A hostilidade, portanto, tanto possibilita quanto ameaça sua articulação, ao mesmo tempo em que promove solidariedade e união. Desse modo, a dimensão afetiva é um componente-chave de sua dinâmica e de sua estratégia. A hostilidade, então, torna-se um continuum que tanto possibilita, quanto mantém e ameaça as políticas vigentes.

Ahmed (2014) analisa como a alteridade se constrói por meio do afeto, que não pertence exclusivamente ao indivíduo nem ao social, mas delinea as fronteiras entre ambos. Assim como Berlant (1997), a autora destaca a “publicidade” das emoções, entendidas como expressões coletivas normatizadas. O afeto circula entre objetos, é contagioso e, quando continuamente associado a eles, produz orientações de aproximação ou afastamento. Nessa perspectiva, signos se formam por histórias de significação sedimentadas na repetição de discursos hegemônicos, configurando a performatividade do afeto.

De modo geral, o afeto é performativo (Butler, 1993), uma prática reiterativa que produz o fenômeno que regula, e também fluido, pois se apega a signos particulares em encontros sociais, moldando a divisão entre corpo e social. Como argumenta Hemmings (2005), o afeto não é autônomo nem arbitrário, mas compõe ciclos contínuos que criam padrões conectados ao político, sendo fundamental para a teoria cultural por estar inscrito no significado social. Dessa forma, o afeto deve ser compreendido como prática relacional atravessada por poder, discursos e expressões corporais, um fluxo multidirecional que, ao circular entre corpos, estabelece vínculos e orientações. Essa perspectiva permite compreender a política de hostilidade arraigada na “ideologia de gênero” como rede de fluxos afetivos historicamente constituídos, que se fixam em signos e produzem identificações do “nós” e do “outro”.

Assim, embora a maioria dos autores/as feministas afirmem que a “ideologia de gênero” é constituída pela produção de pânico morais, isto é, uma instrumentalização da religião como estratégia discursiva, é necessário examinar também a sua dimensão afetiva para compreender como o fenômeno referido é utilizado como estratégia política. Em última análise, a “ideologia de gênero” é alimentada por uma política de hostilidade. Em síntese, compreender este fenômeno apenas como produção de pânico morais é insuficiente, sendo necessário considerar também sua dimensão afetiva e a política de hostilidade que o sustenta. Nas seções seguintes, as dinâmicas discutidas serão

analisadas em casos concretos da política brasileira recente, com foco nas trajetórias e discursos de lideranças antifeministas como Ana Caroline Campagnolo e Sonaira Fernandes.

### 3 ANTIFEMINISMOS NO BRASIL RECENTE E PÂNICO MORAL<sup>3</sup>

Antes de tudo, é preciso salientar que os feminismos são compostos por diferentes vertentes e vozes, isto é, os debates sobre os diversos feminismos existentes é complexo e também dividido. Portanto, é preciso destacar, a priori, esse caráter multifacetário do feminismo, que é influenciado também de acordo com diferentes localidades e contextos históricos, sendo necessária para a sua compreensão uma leitura que não se restrinja ao que é “senso comum”. No cenário brasileiro e em outros países ao redor do mundo, em contraposição, e também como uma reação ao desenvolvimento e popularização dos movimentos feministas, surgiram os chamados antifeminismos, coincidindo com a expansão das “novas direitas”.

Com a crescente adesão de setores da população que não se reconhecem mais na política institucional ou nos movimentos sociais, e em meio a um cenário difuso de revolta, as críticas ao feminismo aparecem frequentemente atravessadas por elementos machistas, misóginos e sexistas. Os denominados antifeminismos buscam deslegitimar as lutas, conquistas e pautas do movimento feminista, seja por meio da distorção de dados e referências históricas, seja pelo estímulo ao ódio contra ativistas e pela reprodução de estereótipos negativos. As mulheres que se definem como antifeministas, em muitos casos, também defendem pautas de defesa à proibição da legalização do aborto (movimento pró-vida<sup>4</sup>) colocam-se como cristãs e defensoras da chamada “família tradicional” (composta por um homem e uma mulher cisheteronormativos e filhos), além de se posicionarem contra qualquer tema que possa ser classificado como “comunista” e a favor do porte de armas, isto é, pró-armamentismo. Essa coexistência de posicionamentos torna-se ainda mais evidente ao se observar a dinâmica no Congresso entre diferentes bancadas, que, conforme a necessidade, buscam se fortalecer mutuamente. Ou seja, essas ideologias não apenas aparecem frequentemente combinadas em um mesmo indivíduo, mas também se manifestam em grupos distintos, mantendo entre si uma associação importante.

---

<sup>3</sup> Neste *paper*, “pânico moral” segue a abordagem de Stanley Cohen (1972). O autor define que este fenômeno ocorre quando um grupo, evento ou pessoa é percebido como ameaça à sociedade, tendo sua gravidade exagerada pelos meios de comunicação de massa e figuras públicas, gerando medo e possíveis mudanças legais ou maior controle social.

<sup>4</sup> O movimento “pró-vida” defende, resumidamente, o combate ao aborto induzido e, no geral, é contra o aborto em quaisquer circunstâncias. Nesse sentido, as pessoas “pró-vida” classificam o aborto como assassinato e, portanto, um crime.

A partir dos anos 70, à medida que se ampliaram as lutas de contestação ao conservadorismo e ao regime militar, emergiram também movimentos de reação a essas pautas, e é nesse contexto que Rachel Soihet (2013) cunha o termo “antifeminismos”. Como dito anteriormente, os antifeminismos buscam invalidar e deslegitimar as pautas e lutas feministas por meio de reforços de estereótipos e de ações e falas misóginas, machistas e até mesmo homofóbicas. Assim, conforme se desenvolverem as lutas feministas contestando o regime de ditadura no Brasil, também em uma época na qual floresciam movimentos sociais em outros lugares do mundo, a exemplo de “Maio de 68” e as reivindicações por direitos civis da população negra nos Estados Unidos, os discursos antifeministas ganhavam destaque também na imprensa.

Nos anos mais recentes, os antifeminismos ganham novos contornos e encontram novas possibilidades e territórios, utilizando as novas tecnologias da informação e as redes sociais a seu favor. Com a ampliação do acesso à Internet por parte considerável da população brasileira e a exposição a uma diversidade de temas, movimentos sociais como o feminismo passam a estar “em alta”, presentes nas conversas cotidianas e conquistando visibilidade. Esse movimento se intensifica em 2018, ano eleitoral no Brasil, marcado por diversas manifestações políticas; assim, enquanto os contra-movimentos antifeministas conquistavam adesão, os feminismos também se fortaleciam. Na atualidade do cenário brasileiro e mundial, há o crescimento cada vez mais evidente das “novas direitas”, que se declaram como sendo uma alternativa à política e partidos atuais, desligada dos mesmos, levantando pautas de combate à ideologia de gênero; ao comunismo; à “doutrinação”, sobretudo de crianças e adolescentes, alegando a defesa da família tradicional e a moral e bons costumes.

No cenário político recente, um acontecimento importante para compreender os antifeminismos no Brasil foi o I Congresso Antifeminista do Brasil, realizado em 2018 no Rio de Janeiro, no auditório da Igreja de Sant’Anna. O evento trouxe palestras e testemunhos de integrantes de organizações pró-vida, abordando temas como “10 mitos sobre o feminismo”, “Família e aborto” e “Feminilização dos homens” (Aquino, 2020). O objetivo central era reforçar que o feminismo representaria um perigo social, corrompendo valores, enfraquecendo homens e desvirtuando mulheres, especialmente jovens, sendo retratado como incompatível com a fé cristã e a defesa da família. A religiosidade marcou o encontro tanto nas palestras quanto nos rituais, como o Hino Nacional e a oração do Pai-Nosso, alinhando o discurso antifeminista ao conservadorismo religioso

e nacionalista e evidenciando a influência das igrejas neopentecostais na política brasileira desde os anos 1990.

O Congresso contou com a participação de figuras projetadas nas redes sociais, como Ana Caroline Campagnolo, responsável pela palestra “10 mitos sobre o feminismo”, e atualmente deputada estadual. As plataformas digitais ampliam a visibilidade dessas lideranças, funcionando como arenas de difusão de valores e legitimação política. Mais do que reafirmar posições conservadoras, permitem mobilizar afetos e medos coletivos, transformando feminismo, aborto e diversidade sexual em ameaças à família, à moral e à nação. O evento de 2018, portanto, exemplifica como os discursos antifeministas no Brasil se organizam em torno de religiosidade, papéis de gênero, nacionalismo, armamentismo e anticomunismo. Esses eixos, na prática, acionam tanto a política do medo e o pânico moral quanto a mobilização de afetos e a política de hostilidade discutidas no capítulo anterior, reforçando uma ideologia conservadora com impactos significativos no imaginário social e na formulação de políticas públicas.

Como já mencionado, à medida que pautas e movimentos sociais ganham relevância, crescem reações de oposição organizadas, fruto da articulação de setores religiosos, conservadores e da extrema direita, que passam a incitar o “pânico moral” (Sartorio, 2023, p. 214, 224). Esses líderes reivindicam não apenas suas pautas, mas também a detenção de uma verdade absoluta, utilizando teorias conspiracionistas, negacionismo, anticientificismo e ataques à mídia, estruturando inimigos simbólicos, que são frequentemente as feministas, comunistas ou a comunidade LGBTQIA+, que seriam responsáveis pela “ruína da sociedade” (Sartorio, 2023, p. 224; Campagnolo, 2019, p. 33). Essa estratégia impacta diretamente a conquista de direitos e promove retrocessos, pois setores conservadores da sociedade atuam nos espaços institucionais para restringir o debate sobre gênero e desmontar políticas públicas construídas nas últimas décadas (Biroli, 2018, p. 174). Tal dinâmica é observada na prática em relatório<sup>5</sup> de autoria do Democracy Reporting International e Fundação Getúlio Vargas (FGV) Direito Rio sobre a relação entre formulação e proposição de Projetos de Lei antitrans na Câmara dos Deputados e as postagens de seus autores nas redes sociais, com o objetivo de observar as suas repercussões. Nos PLs analisados, a expressão “ideologia de gênero” aparece sem especificação de conteúdo, sendo associada a termos como “opção sexual”, “gênero”, “orientação sexual” e “diversidade sexual” para indicar temas a serem vedados ao poder público. Essa indefinição opera como recurso político, criando um enquadramento de “pânico moral” que

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://midiademocracia.fgv.br/node/103>. Acesso em: 12 ago. 2025.

busca restringir avanços em direitos da população LGBTQIA+, em especial de pessoas trans, e guarda proximidade com o discurso observado nas redes sociais. Trata-se de uma dinâmica que se conecta a reações organizadas de setores conservadores e religiosos, que constroem inimigos simbólicos e utilizam tais categorias de forma estratégica para influenciar o debate público.

A partir do estabelecimento do papel do inimigo comum na política do medo, é possível observar como tal estratégia se materializa em contextos recentes no Brasil, e a apropriação de temas ligados à sexualidade ocupa papel central nesse processo. Um exemplo marcante foi a fake news do “kit gay”, que circulou amplamente em grupos de WhatsApp, no Twitter (atual X), no Instagram e no Facebook durante as eleições de 2018. Sua origem remonta ao programa Escola Sem Homofobia (2010), cujo material, nunca distribuído nas escolas, foi apresentado por Jair Bolsonaro em comissões da Câmara dos Deputados, quando ainda era deputado federal. Na ocasião, o então parlamentar afirmou: “Não me agrada falar em homossexual. Realmente assumo o que disse na TV Câmara: se um garoto tem desvio de conduta logo jovem, ele deve ser redirecionado para o caminho certo, nem que seja com umas palmadas”<sup>6</sup>. Apesar da não aprovação do material, Bolsonaro levou o tema para sua candidatura à presidência em 2018, associando-o ao então ministro da Educação, Fernando Haddad. Desde então, a narrativa do “kit gay” continua sendo reaproveitada como rótulo para diferentes iniciativas de educação sexual e prevenção de ISTs voltadas a jovens, transformando debates pedagógicos em combustível de pânico moral.

Nesse contexto, o mecanismo do pânico moral, aliado à busca por uma “verdade absoluta”, intensificou-se antes, durante e após o pleito, incorporando também o uso de fake news como dispositivo de mobilização social e política (Sartorio, 2023, p. 224). Como observa Sartorio (2023, p. 219), “as direitas agenciam temas ‘morais’ para se popularizar nas redes sociais e ampliar públicos a partir da viralização de seus conteúdos com maior carga emocional”. Esse recurso amplia o engajamento e reforça narrativas de desconfiança em relação ao sistema político, criando terreno fértil para lideranças populistas de perfil carismático e antipartidário, como Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos Estados Unidos e Javier Milei na Argentina. Nesses casos, o discurso articula ultraliberalismo e conservadorismo cristão, conformando uma aliança que, como analisa Miguel

---

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml>

(2019, p. 101), reforça a família tradicional ao mesmo tempo em que enfraquece o papel do Estado nas políticas de proteção social.

Portanto, a criação do inimigo comum funciona como eixo organizador da política do medo e do pânico moral, pois concentra ansiedades sociais em um alvo definido. Nesse processo, ocorre a mobilização de afetos como medo, indignação e ressentimento, que são canalizados para sustentar uma política de hostilidade direcionada a grupos específicos, e a ideia de gênero, nesse contexto, é apresentada como uma ameaça à ordem social e aos valores tradicionais. Articulados e propagados em conjunto, esses elementos não apenas moldam percepções, mas também orientam a ação política, fortalecendo as bandeiras das chamadas “novas direitas”.

Assim, o pânico moral pode ser entendido como o dispositivo discursivo e simbólico que dramatiza certos riscos sociais, funcionando como gatilho para a ativação de afetos coletivos. Conforme Ahmed (2004) e Sartorio (2023), os afetos sociais não são apenas experiências individuais, mas circulam e se consolidam socialmente, criando vínculos e hostilidades que estruturam relações de poder. Nesse sentido, o medo, a indignação e o ressentimento mobilizados pelo pânico moral se tornam instrumentos de uma política de hostilidade, transformando grupos específicos em inimigos existenciais e orientando a ação política em prol de agendas conservadoras e ultraliberais. Considerando estas observações, a análise a seguir concentra-se na apropriação e mobilização da “ideologia de gênero” por mulheres antifeministas na política brasileira contemporânea. As trajetórias de Ana Caroline Campagnolo e Sonaira Fernandes ilustram como essas estratégias discursivas se materializam, evidenciando a construção de inimigos e a mobilização social para a legitimação política de pautas conservadoras.

## **4 MULHERES ANTIFEMINISTAS NA POLÍTICA BRASILEIRA RECENTE**

### **4.1 Ana Caroline Campagnolo**

Ana Caroline Campagnolo Galvão, nascida em 1990 em Itajaí (SC), é atualmente deputada estadual pelo Partido Liberal (PL), e foi eleita em 2019 pelo então PSL para seu primeiro mandato. Professora de História e autora de livros como *Feminismo: perversão e subversão* (2019), Campagnolo construiu sua trajetória política a partir da mobilização contra a chamada “doutrinação ideológica” nas escolas, articulando o discurso de ameaça da ideologia de gênero e do feminismo à família e à moral da sociedade. Em 2014 e 2015, participou de congressos e palestras, como a I

Jornada Pedagógica e o 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas, ambos organizados pelo movimento Escola Sem Partido, nos quais vinculou a presença da “ideologia de gênero” e do feminismo ao suposto perigo de manipulação ideológica nas instituições educacionais. Durante a campanha eleitoral de 2018, Campagnolo reforçou esses argumentos ao orientar estudantes a registrar manifestações de professores em sala de aula, com o intuito de denunciar supostas doutrinações ideológicas, fortalecendo a percepção de ameaça às crianças e transformando a suspeita individual em prática coletiva, disseminando medo e desconfiança no ambiente escolar. Por meio de palestras, livros e outras estratégias discursivas, construiu um imaginário no qual a “ideologia de gênero” e o feminismo são apresentados como inimigos sociais, acionando afetos como medo, indignação e ressentimento. Essa mobilização emocional não apenas consolidou seu eleitorado, mas também se inseriu em uma política de hostilidade mais ampla, voltada à oposição à “ideologia de gênero” e à difusão de pautas conservadoras da extrema direita.

Atualmente, Ana Campagnolo possui grande alcance em suas redes sociais, com cerca de 1,4 milhão de seguidores no Instagram<sup>7</sup>, 306 mil no Facebook<sup>8</sup> e 576 mil inscritos em seu canal no YouTube<sup>9</sup>. Nesses espaços, ela divulga livros, cursos e atividades do “Clube Campagnolo”, descrito como “Curso Online” e “Clube de Leitura”, e a Livraria Campagnolo, nos quais expõe posições políticas e ideológicas voltadas ao combate ao feminismo e à “ideologia de gênero”. Entre os cursos oferecidos estão o “Clube Antifeminista”<sup>10</sup> e a “Oficina 10 Mentiras Feministas”<sup>11</sup>. No primeiro, na plataforma Cursology, Ana descreve que o curso é destinado “Para qualquer homem ou mulher que desconfia que há algo de errado com o movimento feminista e deseja ter clareza, firmeza e convicção sobre o que argumentar e como se defender” (Cursology, 2023).

O conteúdo do curso trata sobre a história das relações de gênero, passando da Antiguidade à Modernidade, trazendo temas como casamento, maternidade, aborto, educação e teoria de gênero do século XXI e, se direcionando ao aluno, descreve:

(...) você entenderá as raízes e motivações do grupo ideológico mais perigoso das últimas décadas. Com um poder de infiltração gigantesco e impressionante organização político-partidária, o feminismo tomou a mente de adultos, jovens e adolescentes através da mídia, das universidades e da propaganda exaustiva sobre a suposta desgraçada condição feminina (...) quem foram as principais expoentes do

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/?hl=pt-br>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/CampagnoloAna/>

<sup>9</sup> Disponível em: [www.youtube.com/@AnaCampagnolo1](http://www.youtube.com/@AnaCampagnolo1)

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.cursology.com.br/cursos/feminismo/>

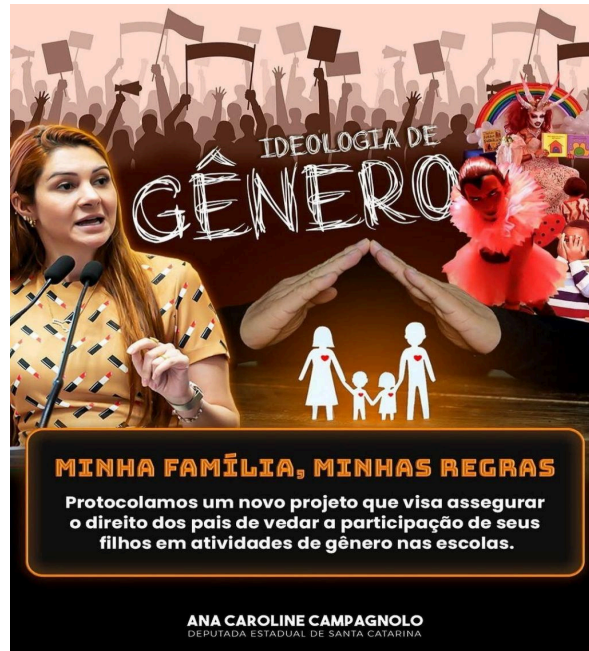
<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.cursology.com.br/cursos/oficinafeminista/>

feminismo e quais seus livros e conceitos principais, quais foram os homens por trás de cada estratégia da revolução sexual, de onde vem o dinheiro das organizações feministas, quais são as falácias abortistas e antifamília mais perigosas, como combater a ideologia de gênero e as grandes mentiras sobre conquistas femininas. (Cursology, 2023)

O segundo curso, “Oficina 10 Mentiras Feministas”, complementa essa narrativa ao instruir os participantes a se munir de “verdade” para proteger a si mesmos e a outros contra a ideologia de gênero, oferecendo ferramentas discursivas para rebater o que Campagnolo descreve como “falácias feministas”. Nesse sentido, acumula-se ressentimento em torno do signo “feminismo”, atribuindo falácias, ódio ao cristianismo e destruição da família. Essa repetição sedimenta sentidos, fazendo com que o termo carregue não apenas crítica política, mas também repulsa moral e emocional. Nos módulos, temas como “Família e Aborto” e “Mentiras feministas, respostas históricas rápidas” são apresentados de maneira a associar o feminismo e a ideologia de gênero a um suposto ataque aos valores morais da sociedade, funcionando como mecanismo de mobilização e reforço de sentimentos de medo, indignação e hostilidade.

O antifeminismo de Ana Campagnolo e a sua abordagem contra a “ideologia de gênero” são pautas centrais para a deputada, sempre produzindo conteúdo nas redes sociais e em seu canal no Youtube sobre o assunto, sobretudo se dirigindo aos responsáveis por crianças em idade escolar. Nesse sentido, seus posicionamentos são focados em destacar que o movimento feminista é contra o cristianismo e, logo, contra a família: “O ódio contra o cristianismo fica evidente em cada onda do movimento feminista e nas obras célebres de cada escritora fundante do pensamento revolucionário.” (Campagnolo, 2019, p.31); e em relação ao que considera uma dominação de ideais “esquerdistas” na educação, ela afirma que haveria uma hegemonia da ideologia feminista nos programas de pesquisa do Ensino Superior, bem como o uso da máquina estatal para a formação de militantes (Idem); outrossim, declara que “o feminismo é um movimento político que contribui para o desentendimento e a crescente amargura entre os sexos, acelera a desagregação familiar, induz à eterna insatisfação e à libertinagem sexual” (Idem), posto que para Ana, os dois principais pilares do feminismo são o “ódio ao cristianismo” e a “revolução sexual”, características também atribuídas à “ideologia de gênero”. Ao classificar o feminismo como “ódio ao cristianismo” e “revolução sexual”, ela articula moral, emoção e retórica para legitimar sua agenda antigênero e a construção de um inimigo comum, alimentando a política do medo e do pânico moral.

Figura 1 - Imagem de postagem no perfil de Ana Campagnolo no Facebook



Fonte: perfil do Facebook de Ana Campagnolo. Disponível em: <https://www.facebook.com/CampagnoloAna/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

#### 4.2 Sonaira Fernandes

Sonaira Fernandes de Santana (1990), nascida em Riachão do Jacuípe (BA), é uma política brasileira que construiu sua trajetória vinculada ao bolsonarismo. Mudou-se para São Paulo em 2012, onde cursou Direito nas Faculdades Integradas Campos Salles, formando-se em 2017. Durante a graduação, em 2014, iniciou estágio na Polícia Federal de São Paulo, onde trabalhou com Eduardo Bolsonaro, que a convidou para integrar seu primeiro comitê de campanha para deputado federal. Após a eleição, passou a compor seu gabinete. Posteriormente, Sonaira residiu em Brasília, sendo apresentada a Jair Bolsonaro e engajando-se em sua campanha presidencial de 2018, mesmo ano em que Eduardo Bolsonaro se reelegeu com votação expressiva. Em 2019, foi convidada a assumir a chefia de gabinete de Gil Diniz, deputado estadual pelo PSL à época. Em 2020, com apoio direto de Eduardo Bolsonaro, candidatou-se à Câmara Municipal de São Paulo pelo Republicanos, elegendando-se com mais de 17 mil votos. Entre fevereiro de 2022 e abril de 2024, ela ocupou o cargo de secretária de Políticas para as Mulheres do governo de Tarcísio de Freitas em São Paulo, do qual se afastou para disputar novamente as eleições como vereadora. Sonaira se apresenta publicamente como antifeminista, patriota, pró-vida e defensora da família tradicional.

Atualmente, mantém presença digital significativa, com mais de 69 mil seguidores na rede X (antigo Twitter)<sup>12</sup>, 211 mil no Instagram<sup>13</sup> e 11 mil no Facebook<sup>14</sup>, espaços onde difunde projetos, campanhas e discursos políticos. Sua comunicação é marcada pelo uso de trechos de entrevistas em formato de vídeo legendado. Em 8 de janeiro de 2022, publicou que “o feminismo é o braço da revolução sexual e traz para a mulher a deterioração da dignidade, expondo-nos à libertinagem e à degradação moral”, associando o movimento à desvalorização das relações afetivas. Em outra postagem, de 9 de janeiro de 2022, afirmou que “é impossível ser feminista e cristã”, reiterando a oposição entre feminismo e princípios religiosos, e limita o pertencimento: o “nós” é cristão e patriota; o “outro” é feminista, comunista e inimigo da fé. Essa dicotomia emocional mobiliza identificação e exclusão. Em 22 de fevereiro do mesmo ano, trouxe novamente essa visão ao declarar que “o feminismo é a sucursal do inferno. Quem se diz feminista e cristã está servindo ao Satanás e seus demônios”. Essa fala circula entre signos religiosos e políticos, fixando a imagem do feminismo como inimigo existencial, e não apenas como adversário ideológico.

Antes disso, em 2021, Sonaira já articulava pautas alinhadas à extrema direita em relação à educação, sobretudo nas instituições de educação básica. No Facebook, elogiou o modelo de escolas cívico-militares, argumentando que seriam livres do “método Paulo Freire” e da “linguagem neutra”<sup>15</sup>. No mesmo período, publicou suas prioridades para a educação, entre as quais: combate à chamada “ideologia de gênero”, a defesa do ensino domiciliar, oposição ao uso de linguagem neutra e defesa da “soberania dos pais” sobre a educação dos filhos. Na Câmara Municipal de São Paulo, atua como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, “responsável por analisar propostas sobre o sistema municipal de ensino, os serviços, equipamentos e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer voltados à comunidade”<sup>16</sup>. Sua atuação política permite, então, que essas políticas antigênero sejam não apenas discursivas, mas também que se traduzam em propostas e ações que buscam restringir avanços em direitos sociais. Suas ações, inclusive nos meios digitais, são atravessadas pelo antifeminismo e pela defesa de valores religiosos, familiares e morais cristãos, contra a “ideologia de gênero” e “doutrinação” nas escolas, de forma

---

<sup>12</sup> Disponível em: [https://twitter.com/Sonaira\\_sp](https://twitter.com/Sonaira_sp)

<sup>13</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/sonaira\\_sp/](https://www.instagram.com/sonaira_sp/)

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/Sonaira.sp>

<sup>15</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/Sonaira.sp/posts/o-minist%C3%A9rio-da-educac%C3%A7%C3%A3o-leva-o-programa-de-escolas-c%C3%ADvico-militares-a-mais-74-e/349236726830672/>

Acesso em: 25 ago. 2025

<sup>16</sup> Disponível em:

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/comissao/comissoes-do-processo-legislativo/comissao-de-educacao-cultura-e-esportes/>

semelhante à Ana Campagnolo. Em ambos os casos, as lideranças antifeministas Ana Caroline Campagnolo e Sonaira Fernandes ilustram como a “ideologia de gênero” é estrategicamente utilizada como um significante vazio, capaz de agregar discursos e afetos diversos para construir inimigos simbólicos e mobilizar sentimentos de medo, pânico e ressentimento. A política de hostilidade que daí emerge não apenas deslegitima pautas progressistas, mas também fortalece agendas conservadoras e a nova direita no cenário político brasileiro contemporâneo.

Figura 2 - Capturas de tela de postagens de Sonaira Fernandes no Facebook



Fonte: perfil do Facebook de Sonaira Fernandes. Disponível em: <https://www.facebook.com/Sonaira.sp>. Acesso em: 25 ago. 2025.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada neste *paper*, torna-se evidente que a “ideologia de gênero” no Brasil funciona como um significante estratégico mobilizado por atores políticos para articular sentimentos, valores e medos. O antifeminismo se configura como uma tecnologia política mobilizadora, com capacidade de estabelecer uma política de hostilidade direcionada a determinados

grupos e pautas sociais. Essa mobilização não se limita à oposição ao feminismo, mas se insere em um conjunto mais amplo de discursos conservadores que incluem preocupações morais, religiosas e nacionalistas, criando uma narrativa de ameaça à sociedade ocidental tradicional. Compreender a “ideologia de gênero” como uma tecnologia política possui implicações normativas significativas para a democracia e os direitos humanos no Brasil. Ao construir inimigos simbólicos e mobilizar afetos como medo e ressentimento, essa estratégia deslegitima o debate público e compromete a pluralidade de ideias, essenciais à vitalidade democrática. A desqualificação sistemática de pautas feministas e LGBTQIA+ resulta em retrocessos nos direitos das mulheres e restrições à populações socialmente marginalizadas, sobretudo pessoas trans. Ao mesmo tempo, projetos de lei antitrans e iniciativas de desmonte de políticas públicas evidenciam como esses discursos se traduzem em ações institucionais que fragilizam a proteção social e alimentam uma política de hostilidade que fragmenta a sociedade.

A centralidade do afeto neste processo é fundamental. Os fluxos afetivos de medo, pânico, indignação e ressentimento, circulam entre corpos e discursos, criando e sustentando a própria categoria de “ideologia de gênero” enquanto fenômeno político. Essa circulação permite que determinados temas adquiram relevância estratégica, gerando coesão entre grupos antifeministas e estimulando a adesão de públicos mais amplos, mesmo sem experiências ou identidades compartilhadas. Dessa forma, a afetividade funciona tanto como mecanismo de mobilização quanto como ferramenta de manutenção e expansão da pauta, ampliando seu impacto social e político.

Além disso, a análise mostra que a “ideologia de gênero” é performativa. Ao ser repetidamente evocada em contextos políticos e digitais, ela reforça estereótipos, constrói inimigos simbólicos e orienta práticas sociais e institucionais, influenciando a formulação de políticas públicas. A aplicação da teoria dos afetos de Sara Ahmed ao contexto brasileiro, combinada à análise de casos concretos como os de Ana Caroline Campagnolo e Sonaira Fernandes, evidencia como discursos aparentemente abstratos e vazios de conteúdo específico podem gerar efeitos concretos, consolidando agendas conservadoras e polarizando o debate público.

Em última instância, compreender a “ideologia de gênero” como uma tecnologia política baseada na mobilização afetiva permite enxergar sua capacidade de articular sentidos, afetos e práticas, transformando temores em instrumentos de ação política. Essa perspectiva contribui para o estudo do antifeminismo e da extrema direita, revelando como a combinação de significantes estratégicos e afetos circulantes fortalece discursos e políticas conservadoras, com repercussões

diretas sobre a disputa por direitos sociais e a configuração do espaço público no Brasil contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

AHMED, S. **Affective economies**. Social Text, Durham, v. 22, n. 2 (79), p. 117–139, 2004.

\_\_\_\_\_. **The cultural politics of emotion**. 2. ed. New York: Routledge, 2014.

AQUINO, A. F. **Antifeminismo brasileiro: I Congresso Antifeminista do Brasil**. 2020. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BALIEIRO, F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. e185306, 2018.

BERLANT, L. G. **The queen of America goes to Washington city: essays on sex and citizenship**. Durham, NC: Duke University Press, 1997.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_; MACHADO, M.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, J. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York; London: Routledge, 1993.

CAMPAGNOLO, A.C. **Feminismo: perversão e subversão**. 1ª.ed. Campinas. Vide Editorial, 2019. 402 p.

CORRÊA, S. “Theologies” and contexts in a Latin American perspective. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 256-263, 2016.

\_\_\_\_\_. Ideologia de gênero: rastros e significados. *In*: CORRÊA, S **#AgoraÉQueSãoElas**, 5 nov. 2017. Disponível em: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Democracy Reporting International ; FGV Direito Rio. **Desinformação, conservadorismo e narrativas transfóbicas orientam projetos de lei com conteúdo antitrans entre 2019 e 2023**. Fundação Getúlio Vargas, 2023. Disponível em: <<https://midiademocracia.fgv.br/node/103>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

DOYLE, L. Introduction. *In*: DOYLE, L. (org.). **Bodies of resistance**: new phenomenologies of politics, agency and culture. Evanston, IL: Northwestern University Press, 2001. p. xi–xxxiv.

GONÇALVES, L.. “**Não sorria. Estamos em guerra**”: política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro. Orientador: Breno Marques Bringel. 2023. 354f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GRAFF, A. Gender ideology: weak concepts, powerful politics. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 268-272, 2016.

HEMMINGS, C. **Invoking affect**. *Cultural Studies*, v. 19, n. 5, p. 548–567, 2005.

INSTITUTO ALFA E BETO. Acompanhe o 1º Congresso sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. Instituto Alfa e Beto, 2014. Disponível em: <<https://www.alfabeto.org.br/acompanhe-o-1-congresso-sobre-doutrinacao-politica-e-ideologica-nas-escolas/>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

KOROLCZUK, E. The Vatican and the birth of anti-gender studies. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 293–296, 2016.

LUNA, N.. Disputes on abortion and sexual diversity in the Chamber of Deputies in the early years of the Bolsonaro government: the art of marking differences. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 20, p. 00803, 2023.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016.1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

O’LEARY, D. **The Gender Agenda**: Redefining Equality. Vital Issue Press, 1997.

PEREIRA, P. P. G.. Judith Butler e a pomba-gira. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. e185304, 2018.

PINHO, Angela. Material que originou fake news sobre “kit gay” apareceu em 2010; entenda. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-a-pareceu-em-2010-entenda.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SEDGWICK, E. **Touching feeling**: Affect, pedagogy, performativity. Durham, NC: Duke University Press, 2003.

SOIHET, R. **Feminismos e antifeminismos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

VAGGIONE, J. M. Francis and ‘Gender Ideology’: Heritage, Displacement and Continuities. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 302-307, 2016.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:** Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

**FINANCIAMENTO:**

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** Ambas as/os autoras/es participaram de todas as etapas do trabalho.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER**

Bruna Bizzo Frotté é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF).

Marina Schmidt Teixeira é graduada pela Universidade de Westminster e mestre pela London School of Economics and Political Science (LSE). Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF).

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.